

# Secretaria de Finanças

### Conselho Administrativo Fiscal - CAF 2ª Instância

SECRETARIA DE FINANÇAS

CONSELHO ADMINISTRATIVO FISCAL - CAF PROCESSO/NOTIFICAÇÃO Nº 07.63978.9.15

RECORRENTE: VAZÃO HIDROPNEUMÁTICA LTDA

**EPP** 

Rua Cel. João Rodrigues, 182 -

Várzea – Recife/PE

Inscrição mercantil nº 342.008-6

ADVOGADOS: JOÃO CARLOS FONSECA DOS SANTOS

FILHO E OUTRO

RECORRIDO: CONSELHO ADMINISTRATIVO

FISCAL JULGADOR PRIMEIRA INSTÂNCIA – PEDRO JOSÉ DOS

SANTOS JÚNIOR

RELATOR: JULGADOR RAPHAEL HENRIQUE

LINS TIBURTINO DOS SANTOS

RESCISÓRIA: VICE PRESIDENTE JOÃO GOMES

DA SILVA JÚNIOR

#### **ACÓRDÃO Nº 072/2024**

EMENTA: 1-

PEDIDO DE RESCISÃO DE DECISÃO DE MÉRITO – ADMISSIBILIDADE E IMPROCEDÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS E REDISCUSSÃO DE MÉRITO EM PEDIDO DE RESCISÃO DE DECISÃO DE MÉRITO ADMINISTRATIVO DE SEGUNDA INSTÂNCIA – MANUTENÇÃO INTEGRAL DO ACÓRDÃO Nº 160/2022.

Vistos, relatados, examinados e discutidos os presentes Autos, ACORDAM os Membros do Conselho Administrativo Fiscal, à unanimidade, na conformidade do voto do Relator e das notas constantes da Ata de Julgamento, a conhecer do Pedido de Rescisão de Decisão de Mérito e negar-lhe provimento, com a manutenção integral do teor do Acórdão n.º 160/2022, por ausência dos requisitos de admissibilidade.

C.A.F., Em 23 de maio de 2024. João Gomes da Silva Júnior – RELATOR (RESCISÓRIA) Carlos Augusto Cavalcanti de Carvalho Carlos André Rodrigues Pereira Lima Raphael Henrique Lins Tiburtino dos Santos



# Secretaria de Finanças

#### Conselho Administrativo Fiscal - CAF 2ª Instância

SECRETARIA DE FINANÇAS

CONSELHO ADMINISTRATIVO FISCAL - CAF PROCESSO/NOTIFICAÇÃO Nº 07.63978.9.15

RECORRENTE: VAZÃO HIDROPNEUMÁTICA LTDA

EPP.

CONSELHO ADMINISTRATIVO FISCAL RECORRIDO:

> JULGADOR PRIMEIRA INSTÂNCIA-JOÃO ANTÔNIO VICTOR DE ARAÚJO

JULGADOR RELATOR: RAPHAEL **HENRIQUE** 

LINS TIBURTINO DOS SANTOS

RESCISÓRIA: VICE PRESIDENTE JOÃO GOMES DA

SILVA JÚNIOR

#### **RELATÓRIO**

Adoto, inicialmente, a integralidade do relatório de fls. 1007 a 1009.

Trata-se de pedido de Rescisão de Decisão de Mérito apresentado por FRANCINEUDO MOREIRA DE FARIAS ME contra decisão proferida pela Segunda Instância de julgamento do Conselho Administrativo Fiscal do Município do Recife (CAF), consignada no Acórdão n.º 160/2022.

Em sua petição, o contribuinte alega que teria ocorrido omissão no acórdão impugnado, o que justificaria a interposição do presente pedido de rescisão

Em sua fundamentação tece considerações acerca das supostas omissões, sem, no entanto, indicar em qual das hipóteses previstas no art. 59 do Decreto n.° 28.021/2014 estariam os seus argumentos lastreados.

É o relatório.

C.A.F., 14 de maio de 2024

# JOÃO GOMES DA SILVA JÚNIOR VICE PRESIDENTE DO CAF



### Secretaria de Finanças

#### Conselho Administrativo Fiscal - CAF 2ª Instância

SECRETARIA DE FINANÇAS CONSELHO ADMINISTRATIVO FISCAL - CAF PROCESSO/ NOTIFICAÇÃO 07.63978.9.15

RECORRENTE: VAZÃO HIDROPNEUMÁTICA LTDA

EPP.

CONSELHO ADMINISTRATIVO FISCAL RECORRIDO:

> JULGADOR PRIMEIRA INSTÂNCIA-JOÃO ANTÔNIO VICTOR DE ARAÚJO

RAPHAEL **HENRIQUE** RELATOR: JULGADOR

LINS TIBURTINO DOS SANTOS

VICE PRESIDENTE JOÃO GOMES DA RESCISÓRIA:

SILVA JÚNIOR

#### **VOTO DO RELATOR**

Da análise dos elementos constantes dos autos, deve-se concluir pelo não conhecimento do Pedido de Rescisão de Decisão de Mérito.

A petição acostada fala apenas em omissão ou contradição, sem indicar expressamente a qual das hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 28.021/2014 se refere, o que impede o conhecimento do presente pedido de rescisão, por não cumprir os requisitos da legislação processual aplicável, uma vez que já decidiu este Conselho que não se aplicam ao Pedido de Rescisão de Mérito as mesmas hipóteses dos embargos de declaração, pela existência de requisitos específicos da legislação tributária municipal.

Diante do exposto, tendo em vista que o Pedido de Rescisão de Decisão de Mérito Administrativo de Segunda Instância apresentado não cumpre a previsão do art. 59 do Decreto nº 28.021/2014, voto no sentido de não conhecer do pedido, com a manutenção integral do Acórdão nº 160/2022.

É o voto.

C.A.F., 23 de maio de 2024.

# JOÃO GOMES DA SILVA JÚNIOR VICE PRESIDENTE DO CAF